

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 892.259 CEARÁ**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: S P DA S B REPRESENTADA POR W S DA S</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO E OUTRO(A/S)</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA- ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Acidente. Animal na pista. Responsabilidade civil do Estado. Impossibilidade de reexame do conjunto fático-probatório. Súmula 279. 3. Agravo regimental a que se nega provimento.

## **A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Celso de Mello, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 29 de setembro de 2015.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 892.259 CEARÁ**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: S P DA S B REPRESENTADA POR W S DA S</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO E OUTRO(A/S)</b>
<b>INTDO.(A/S)</b>	<b>: DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL FEDERAL</b>

## **RELATÓRIO**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Trata-se de agravo regimental em agravo de instrumento contra decisão monocrática que negou seguimento a recurso, nos termos do Enunciado 279 da Súmula do STF, ao argumento de que a procedência do pedido demandaria reanálise do acervo fático-probatório a fim de concluir pela inexistência de responsabilidade civil da União e do DNIT.

No agravo regimental, sustenta-se, em síntese, que a pretensão da recorrente não demanda a reanálise do acervo fático-probatório, mas discute, apenas, a ocorrência de responsabilidade civil objetiva por atos ditos omissivos. Alega-se que o Estado não se pode tornar garantidor universal e que houve violação ao art. 37, § 6º da Constituição Federal.

Por fim, requer-se a reconsideração da decisão agravada ou o provimento do agravo regimental para que seja reformada a decisão recorrida e, admitido o recurso extraordinário, a ele seja dado provimento.

É o relatório.

29/09/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 892.259 CEARÁ

**V O T O**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** No agravo regimental, não ficou demonstrado o desacerto da decisão agravada.

Segundo orientação sumulada do STF, não cabe recurso extraordinário para simples reexame de prova (Súmula 279).

Na espécie, o acórdão recorrido decidiu que houve responsabilidade solidária da União e do DNIT nos seguintes termos:

“(…) 2. Cabe ao DNIT a administração das rodovias federais (organização de seu funcionamento/utilização), enquanto à PRF incumbe a apreensão de veículos, objetos e animais irregularmente colocados nessas vias.

3. O fato de o órgão de execução (no caso, a PRF) não prestar adequadamente o serviço de remoção, não exime a responsabilidade àquele que administra a rodovia (no caso, o DNIT), pois ambos devem atuar em conjunto para a prestação de um serviço eficiente à população, gerando, portanto, responsabilidade solidária entre a União e o DNIT, podendo o particular acionar um deles ou ambos. Precedentes desta Corte.

4. Presentes os elementos que caracterizam a obrigação de indenizar: a) dano; b) ação administrativa e c) nexo de causalidade. (...)” (eDOC 3, p. 82).

O voto condutor chega a fazer menção à sentença, que assim se manifesta:

“Não restam dúvidas de que a morte do Sr. Francisco Gilberto Pinheiro Batista se deu em razão da falha no serviço prestado pelo réu, havendo sido surpreendido pela presença de

**ARE 892259 AGR / CE**

animais na pista de rolamento.”

Para entender de forma diversa, imprescindível a revisão dos fatos e provas analisados, o que não é possível nos termos da jurisprudência desta Corte.

Incide, portanto, a Súmula 279.

No mesmo sentido, em caso similar ao dos autos, destaco o AI 855.343 AgR/MG, rel. min. Luiz Fux, DJe 5.9.2012; o ARE 705.643/MS-AgR, rel. min. Celso de Mello, DJe 13.11.2012; e RE 885.914/PB, rel. min. Carmen Lúcia, DJe 5.8.2015.

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 892.259**

PROCED. : CEARÁ

**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**

AGTE.(S) : UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

AGDO.(A/S) : S P DA S B REPRESENTADA POR W S DA S

ADV.(A/S) : KELLYTON AZEVEDO DE FIGUEIREDO E OUTRO(A/S)

INTDO.(A/S) : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE  
TRANSPORTES - DNIT

PROC.(A/S) (ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, **negou** provimento ao recurso de agravo, **nos termos** do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli. Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. **2ª Turma**, 29.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Celso de Mello. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Dias Toffoli, em face da participação no III Congresso Internacional da Advocacia Estatal, Local e Federal, promovido pela Procuradoria-Geral da Cidade de Buenos Aires e realizado na Argentina.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira  
Secretária